

“Re-vistando” a escola e o ensino municipal de São Paulo na ditadura militar

ALEXANDRE PIANELLI GODOY *

1) Introdução:

Esta pesquisa sobre as revistas e jornais pedagógicos oficiais que circularam durante a ditadura militar na cidade de São Paulo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a história de oito escolas municipais que foram redenominadas e/ou denominadas com nomes de militares ¹. A pesquisa – *Em nome da ordem: as escolas municipais de primeiro grau na cidade de São Paulo no período da ditadura militar (1964-1985)* – busca compreender qual o significado histórico do nome das escolas e suas relações com a arquitetura escolar, as disciplinas e currículos escolares (de Língua Portuguesa, História, Geografia, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e O.S.P.B) e as comemorações cívicas no processo de institucionalização e consolidação de um sistema público de ensino municipal. Dentre o material pesquisado (plantas dos prédios escolares, planos, planejamentos, cursos, projetos pedagógicos, currículos e legislação do município, além de fotografias de festas, datas e comemorações cívicas), as revistas e jornais pedagógicos se constituem numa parte importante para documentar como o governo municipal via e queria ser visto na organização do seu sistema de ensino, uma vez que tais materiais foram produzidos como “órgão do governo”.

No Brasil, desde o final dos anos 1920, os poderes públicos de ensino sempre recorreram às publicações periódicas a fim de divulgar, difundir e inculcar normas, práticas e saberes pedagógicos do que consideravam ser o ideal de suas aspirações,

* Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP – EFLCH – Campus Guarulhos). Doutor em História Social.

¹ São elas: 1. Escola Mista do Imirim = criação **30/08/1956**. E.M. *Comandante* Garcia D’Avila = red denominação 01/04/1969; 2. Escolas Agrupadas de Vila Brasilina = criação: **16/11/1956**. E.M. *Marechal* Eurico Gaspar Dutra = red denominação 02/07/1974; 3. Escolas Reunidas de Vila Nova Cachoeirinha = criação **24/01/1963**. E.M. *Tenente Aviador* Frederico Gustavo dos Santos = red denominação 08/04/1969; 4. Escolas Agrupadas Cidade Mãe do Céu = criação: **10/04/1968**. E.M. *General* Othelo Franco = red denominação 07/04/1969; 5. Escola Alto do Mandaqui = criação: **19/05/1970**. E.M. *Comandante* Gastão Moutinho = red denominação 10/06/1970; 6. E.M. *General* Euclides de Oliveira Figueiredo = criação: **11/11/1970**; 7. Escola Municipal Arpoador = criação: **19/01/1971**. E.M. *General* Alcides Gonçalves Etchegoyen = red denominação 16/02/1971; 8. Escola Municipal da Vila Dalva = criação: **11/02/1971**. E.M. *General* Álvaro da Silva Braga = red denominação 16/02/1971.

principalmente em momentos de reforma educacional e/ou de mudança na cultura política e institucional (CARVALHO; TOLEDO, 2000). Nesse sentido, podem ser considerados como registros da cultura escolar (JULIA, 2001) que o sistema público de ensino gostaria que fosse posto em ação, mais do que a cultura escolar em ação. Entretanto, tais impressos envoltos em “*estratégias de difusão e imposição de modelos pedagógicos podem ser também analisad[o]s como táticas de apropriação*” (CARVALHO, 2003: 78). Apropriações ou usos diferenciados de práticas escolares que resistiam aos “novos” saberes pedagógicos, percebidos entre o que era prescrito e o que ainda não havia se realizado no ensino municipal de São Paulo durante a ditadura militar.

A revista *Escola Municipal* (1968-1985), a *Revista do Ensino Municipal* (1970) e o jornal *Paulicéia Educação* (1983-1985) foram instrumentos de controle, de divulgação e de embate de idéias e práticas no seio de uma *rede* que estava em processo de construção e, posteriormente, de consolidação, de um *sistema* de ensino municipal paulistano. Obviamente, são publicações diferentes e que atenderam a momentos distintos do período militar no Brasil.

A revista *Escola Municipal*, dentre as publicações do período na cidade e do acervo pesquisado na biblioteca da Memória Técnica Documental da Secretaria da Educação Municipal de São Paulo, foi a de vida mais longa e, por isso mesmo, a que apresenta maiores variações em seu projeto editorial. Foram treze números publicados anualmente em um período de dezoito anos, o que abrangia boa parte do período militar, com interrupções em 1970, 1972, 1973, 1979 e 1983. Como hipótese inicial, podemos caracterizá-la em três fases distintas.

A primeira fase de 1968-1969 (n. 1 e 2, respectivamente em 1968 e 1969) podia ser considerada a de experimentação da revista e que acompanhava a tentativa de construir um sistema primário de ensino mais coeso e uniforme. Prevaleciam as características pedagógicas da publicação de cunho tecnicista e do ativismo em sala de aula do que às questões administrativas e políticas. As revistas de número 1 e 2 foram publicadas durante a gestão do prefeito José Vicente de Faria Lima (Brigadeiro).

A segunda fase de 1971-1982 (n. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, respectivamente em 1971, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1980, 1981 e 1982) foi marcada pela estabilização da revista e do forte crescimento do ensino municipal, principalmente com a

implantação da escola de oito anos (1971), que abolia a divisão entre o ensino primário e secundário e os exames de admissão para o ginásio, formando um único ciclo formativo, com o ensino de primeiro grau. No entanto, as questões pedagógicas cederam espaço às questões técnico-administrativas e aos problemas inerentes à criação de um sistema que atendia a um diversificado público escolar. A revista de número 3 foi publicada durante a gestão do prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz, as revistas de número 4 e 5 na gestão de Miguel Colasuono, as de número 6, 7 e 8 na gestão de Olavo Egídio Setubal, as de número 9 e 10 na gestão de Reynaldo Emygdio de Barros e a de número 11 na gestão de Antonio Salim Curiati.

A terceira fase de 1984-1985 (n. 12 e 13, respectivamente em 1984 e 1985) foi a que apresentou maiores rupturas e podia ser considerada a de crítica aos projetos editoriais anteriores da revista. Concomitantemente, verificava-se a consolidação do sistema municipal de ensino de primeiro grau na cidade e das contradições entre qualidade de ensino e quantidade de alunos na rede. As questões técnico-administrativas deixavam de ser o foco principal e passavam a ser vistas de forma atrelada às questões políticas e pedagógicas. O enfraquecimento da ditadura militar e a redemocratização favoreceram uma postura de crítica ao regime, ao próprio sistema e as desigualdades sociais dentro e fora das escolas. As revistas de número 12 e 13 foram publicadas durante a gestão do prefeito Mário Covas.

A *Revista do Ensino Municipal* foi publicada uma única vez em 1970. É difícil afirmar que se constituísse numa continuidade da revista *Escola Municipal*. Porém, a publicação da *Revista do Ensino Municipal* coincidiu com a primeira vez que a sua congênere deixou de ser publicada anualmente. O objetivo da revista era bastante claro, divulgar a implantação da escola de oito anos e as transformações que seriam exigidas de professores, de alunos e da administração pública. Havia uma clara propaganda da ditadura militar aliando a “revolução da escola de oito anos” para o ensino municipal com o desenvolvimento da cidade e a “Revolução de 1964”. Ao contrário da revista *Escola Municipal* que evitava tratar de temas da política do regime militar em sua primeira fase, a *Revista do Ensino Municipal* procurava entrelaçar as modificações pedagógicas que seriam exigidas para a escola de oito anos ao contexto “revolucionário” do momento. Os títulos das revistas sugeriam posições diferentes quanto ao seu projeto editorial. A idéia de “*ensino*” remetia à atuação em sala de aula,

isto é, ao que deveria ser feito em termos transmissão e aprendizagem do conhecimento e do currículo escolar. A idéia de “*escola*” remetia à instituição, ou seja, ao seu funcionamento, estrutura e organização. O primeiro termo deixava claro que a revista pretendia anunciar as modificações que deveriam ser feitas do ponto de vista dos saberes pedagógicos. O segundo termo denotava uma visão mais ampla, pois além dos saberes, deveriam ser considerados aspectos organizacionais da rede com um todo. Foi uma revista emergente pelo grau de inovação que pretendia implantar e efêmera pelas pretensões ainda difíceis de serem concretizadas em curto prazo. A revista foi publicada durante a gestão do prefeito Paulo Salim Maluf.

O jornal “*Paulicéia Educação*” circulou entre 1983 a 1985 com dez números publicados trimestralmente e mais duas edições extras. Em formato tabloide (similar ao das revistas, mas menor que um jornal diário) diferia, sobretudo, da proposta editorial das revistas. Ou melhor, foi a fórmula editorial do jornal que modificou o rumo tomado pela revista *Escola Municipal* em sua terceira fase. Publicado durante o governo Mário Covas (PMDB), na época da redemocratização, o *Paulicéia Educação* buscou inovar tanto do ponto de vista gráfico quanto do conteúdo de seus artigos, colunas e seções. A partir de 1983, o jornal deu clara diretriz para o projeto editorial da revista *Escola Municipal* nos anos de 1984 e 1985, o que pode ser atestado pela comparação das capas, dos índices, do uso de charges e fotografias que conferiam maior dinamismo e crítica em relação às edições anteriores da revista e, obviamente, ao teor de seus artigos.

Todavia, com diferentes características materiais, políticas e pedagógicas, a revista *Escola Municipal*, a *Revista do Ensino Municipal* e o jornal *Paulicéia Educação*, tinham por função passar em “revista” a escola e o ensino municipal e acompanhar suas transformações. Em diferentes momentos do regime militar tais publicações pedagógicas foram porta voz do governo municipal, revelando também com maior ou menor ênfase os problemas, as contradições, os embates, as permanências e mudanças entre a oficialidade e a realidade das escolas e do ensino municipal. Todos os prefeitos mencionados utilizaram e apareceram nas revistas/jornal para mostrar como sua gestão havia avançado em seus compromissos com a educação do município, embora com diferentes finalidades e posições políticas.

Esta pesquisa preocupa-se do ponto de vista teórico-metodológico com a materialidade do impresso e sua produção e a circulação dos saberes pedagógicos

(CARVALHO, 2003). No entanto, sem deixar de lado as questões norteadoras da pesquisa mais ampla que é o de oferecer subsídios para identificar e problematizar a política de denominação das escolas e suas relações com a arquitetura escolar, as disciplinas e currículos escolares e as comemorações cívicas. O objetivo central, a saber, é que tipo de memória histórica foi construído sobre o ensino e suas relações com a municipalidade. E, mais do que isto, conferir historicidade a um período da educação considerado apenas como mera continuidade ou conseqüência de reformas educacionais anteriores. Porém, nesta primeira fase da pesquisa, de coleta e organização das fontes, apresentarei: uma descrição e análise preliminar da periodicidade, da circulação e das capas por considerar estas características como as de apresentação da materialidade e do projeto editorial dos impressos ².

2) Os impressos: descrição e análise preliminar

a) Periodicidade e circulação

A revista *Escola Municipal* tinha periodicidade anual e foi publicada nos meses de fevereiro (n. 2), setembro (n. 1 e 3), dezembro (n. 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11) e as duas últimas (n. 12 e 13) não indicaram o mês. O formato médio da revista era de 26,5 cm X 20 cm. Ao que parece, a preferência foi de publicá-la no final do ano letivo para o melhor planejamento da produção editorial da revista. Além disso, para que as ações da prefeitura pudessem ser divulgadas, bem como estudos e diagnósticos sobre a situação do ensino do ano corrente fossem avaliados pelos leitores-professores e pela própria administração pública. Tal periodicidade favorecia também a pesquisa e publicação de estudos estatísticos de longa duração presentes em diversos números, sobretudo, a partir da segunda fase da revista.

As revistas de número 1, 2, 3 e 4 circularam em âmbito municipal e sem a informação sobre as tiragens. A partir do número 5 foram informadas as seguintes tiragens: 10.000 exemplares (n. 5), 15.000 exemplares (n. 9), 20.000 exemplares (n. 6,

² Na próxima fase da pesquisa farei a descrição e análise dos sumários ou índices, corpo editorial, articulistas, artigos, seções, colunas fixas e das imagens (desenhos, charges e fotografias) de modo a configurar o projeto editorial dos impressos em sua globalidade.

7, 8 e 10), 25.000 exemplares (n. 11 e 12 ³). A revista de número 13 não apresentou a tiragem. A revista de n. 5 informava ainda que:

“A revista ‘ESCOLA MUNICIPAL’ circulou pela primeira vez em setembro de 1968, para a divulgação de trabalhos pedagógicos, com a colaboração de professores, como Órgão do Departamento Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura do Município de São Paulo. O n. 1 – Ano I, teve sua distribuição restrita ao âmbito do Ensino Municipal. Seguiram-se o n. 2, em fevereiro de 69, também registrado no Ano I, e o n. 3 – Ano III, setembro de 71, em edição comemorativa aos 15 anos de atuação do Ensino Municipal. Nos anos 70, 72 e 73, a ‘ESCOLA MUNICIPAL’ deixou de ser publicada, voltando a circular o n. 4 – Ano IV, em dezembro de 1974. A presente publicação, editada em dezembro de 75, circula sob o n. 5 – Ano VIII, para obedecer à numeração correta, a partir de sua fundação, em 1968. Com 52 páginas, a Revista terá seus 10.000 exemplares distribuídos a órgãos e pessoas ligadas ao Ensino no âmbito municipal, estadual e federal.”
(REVISTA ESCOLA MUNICIPAL, 1975: 42)

A informação era da própria revista, entretanto, podemos constatar que a partir do número 5 (1975) mais detalhes sobre a editoria foram fornecidas no expediente do que nas edições anteriores, o que podia indicar a preocupação de identificar os vários agentes envolvidos na sua elaboração para um público mais amplo do que aquele destinado à cidade de São Paulo. Evidentemente, a correção da anuidade da revista a partir do número 5 visava elidir as interrupções da publicação, demonstrando uma idéia de perenidade que nem sempre pareceu certa, mas que foi devidamente aproveitada em todas as suas fases. Bom exemplo disso era que o último número da revista (n. 13) indicava ANO 18, desconsiderando as interrupções de anos anteriores. A própria revista fundava a sua “memória histórica”, isto é, construindo uma idéia de continuidade que não estava colocada para seus agentes nos vários momentos de produção e circulação.

Por não ser uma revista comercial e de distribuição gratuita para as escolas municipais e diversos órgãos governamentais do município, estado e federação, as

³ A tiragem desta edição pode ser coletada no material de preparo do DEPLAN (Departamento de Planejamento e Orientação) do projeto da *Revista Escola Municipal* no ano de 1983 para o ano de 1984 na pasta de número DO. 2/Pj. 003/83. Tal dado não aparece no expediente da revista.

tiragens das revistas aumentaram progressivamente ano a ano, duplicando nos números subseqüentes (n. 6, 7 e 8) com 20.000 exemplares, decrescendo em 5.000 exemplares no número 9, mas retomando o crescimento de 20.000 a 25.000 exemplares na fase final da revista (n. 10, 11 e 12).

O número de páginas era bastante heterogêneo, com aumento desproporcional na edição comemorativa do jubileu de prata do ensino municipal em 1981 (n. 10) com 84 páginas. Nas demais temos: 32 páginas (n. 4), 48 (n. 1 e 2), 52 (n. 5), 56 (n. 06), 60 (n. 11 e 12), 64 (n. 7, 8 e 13), 68 (n. 3 e 9). As maiores edições foram aquelas que além da publicação de artigos, seções, colunas fixas e imagens (desenhos, charges e fotografias), apresentavam abundância de material legislativo sobre a educação e o magistério municipal, característica da segunda fase da revista de cunho técnico-administrativo.

A *Revista do Ensino Municipal* foi publicada uma única vez no ano de 1970 no mês de março. O formato da revista era de 28,5 cm X 20 cm. É notório que a publicação foi planejada durante todo ano de 1969 pela data de alguns artigos, do balanço sobre a gestão municipal que findava e das perspectivas para o ano “vindouro” (1970). Não apresenta nenhum dado sobre a editoração da revista, colaboradores ou tiragem. O próprio Diretor do Ensino Municipal, Paulo Nathanael Pereira de Sousa, foi o único nome que apareceu em três artigos assinados e em outro como orientador e aprovador de um caderno especial sobre “A Escola Integrada” com o nome dos integrantes da equipe do IMEP (Instituto Municipal de Educação e Pesquisas), responsável por implantar a escola de oito anos no município. Outras seções não apareceriam assinadas, constituíam em publicações de decretos, entrevistas ou fatos retirados de outros jornais sobre o próprio ensino municipal. É provável que a equipe do IMEP tenha sido a responsável pela “organização” da revista, já que dispensava um tratamento mais complexo de editoração, o que também podia indicar que a sua circulação ficou restrita ao âmbito municipal. A revista possuía 42 páginas, sendo que 15 páginas foram destinadas ao caderno sobre a escola integrada. A revista prometia que “os trabalhos aqui realizados irão sendo divulgados através de artigos publicados na revista do Ensino Municipal” (REVISTA DO ENSINO MUNICIPAL, 1970: 25), o que podia indicar a intenção de dar prosseguimento a publicação. O que dificulta considerar que a *Revista do Ensino Municipal* tenha sido criada como mera continuidade da revista *Escola Municipal*. Muito embora publicada no ano (1970) em que sua congênere não circulou,

a *Revista do Ensino Municipal* parece ter seguido o padrão editorial da *Escola Municipal*, diferenciando-se mais pela função de informar sobre as transformações que seriam acarretadas com o *ensino* de oito anos para a rede e menos por fazer um balanço das ações ou problemas da *escola* municipal.

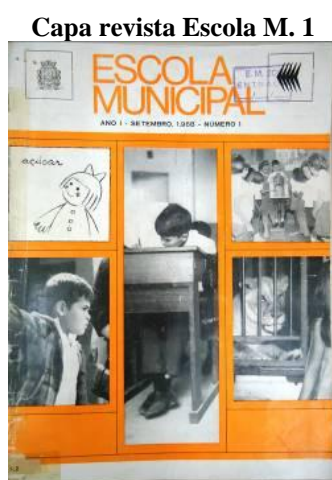
O jornal *Paulicéia Educação* foi uma publicação trimestral que circulou em 10 números e duas edições extras, a saber: ano I (1983): n.1 (julho), n. 2 (outubro), n. 3 (dezembro); ano II (1984): n. 4 (abril), n. 5 (junho), n. 6 (setembro), edição extra (outubro), n. 7 (novembro); ano III (1985): n. 8 (abril), n. 9 (julho), edição extra (setembro) e n. 10 (novembro). O formato médio do jornal do tipo tabloide era de 28 cm X 20 cm, o que facilitava a leitura e o manuseio. Foi uma publicação mais dinâmica do que a das revistas, mas com grande número de informações que facilitava a divulgação de idéias e debates que deveriam ser implementados na rede de ensino de um governo municipal na transição democrática. A idéia de livre expressão de opiniões (dos leitores, inclusive), críticas e análises foi a marca do jornal e justifica a sua periodicidade.

Apesar do nome nitidamente paulistano, o jornal circulou para além da cidade de São Paulo ou dos municípios do estado. A partir do número 5, percebe-se que o periódico foi distribuído gratuitamente para cidades de diversos estados da federação ou, pelo menos, para seus principais órgãos de ensino, conforme acusava os recebimentos e agradecimentos da seção “Você leitor”. As tiragens informadas no expediente do jornal foram em média bem maiores do que a das revistas: 25.000 exemplares (n.1), 30.000 exemplares (n. 3, 4, 5, 6 e 9), 35.000 exemplares (n. 9 e 10), sem informação (n. 2, 7, 8 e as duas edições extras). O jornal tinha um número fixo de 32 páginas, com exceção do número 8 com 40 páginas e das edições extras com 4 páginas cada. As edições extras do jornal tratavam de comunicados sobre a reestruturação da carreira do magistério e do debate e mobilização pela educação nas escolas municipais de São Paulo, o que provavelmente restringiu sua circulação ao âmbito da rede.

b) Capas⁴

Revista *Escola Municipal*

A revista *Escola Municipal* via de regra estampava em suas capas fotos de crianças em movimento, de prédios escolares, de eventos culturais, comemorativos ou esportivos promovidos pela prefeitura. No entanto, de acordo com as fases acima descritas, obedecem aos diferentes projetos editoriais.



As capas da primeira fase da revista (1968-1969) davam ênfase à criança em movimento sem a presença de qualquer adulto ou espaço determinado, isto é, remetia aos métodos ativos centrados na aprendizagem do aluno dentro e fora de sala de aula baseados na psicologia genética de Jean Piaget, de acordo com os articulistas da revista. As fotos (capa1) tentavam captar diferentes momentos de aprendizagem de observação direta por meio de excursões (não eram denominadas de “estudos do meio”, embora prescrevesse sempre uma preparação prévia, desenvolvimento *in loco* e avaliação do trabalho em sala de aula) e da ortografia no conhecimento do sentido da palavra, imagem auditiva e processo motor de pronúncia e escrita.

A presença de crianças pequenas nas capas remetia também ao público-alvo da revista, os professores do ensino primário (pelo menos nesta fase), além da forte

⁴ Por razões de tamanho e espaço deste artigo, analisarei apenas três capas correspondentes às três fases da revista *Escola Municipal*, a capa da *Revista do Ensino Municipal* e uma única capa do jornal *Paulicéia Educação*.

tradição do ensino municipal de São Paulo em investir na educação infantil desde a criação dos Parques Infantis em 1935. Nas capas não havia qualquer menção à ditadura militar ou de autopromoção do governo de suas ações políticas, ou melhor, a opção foi a de explicitar como os modelos pedagógicos de suas ações redundaram em uma política educacional e não o inverso. No entanto, a idéia não era a de mostrar a atuação desinteressada do governo na área de educação, mas, sobretudo, despolitizar os modelos pedagógicos mostrando sua base científica (neutra) para fortalecer e justificar suas ações políticas. Não havia dados na revista sobre a produção das capas ou editoria.

Capa revista Escola M. 2



A capa da revista de número 4 corresponde à segunda fase do projeto editorial da revista (1971-1982). A revista, que deixou de circular no ano 1970, voltou com outra concepção de ação governamental. Coube mostrar como a atuação técnica-administrativa do governo gerou a expansão do público escolar e diversificação de sua clientela, não necessariamente atrelada a uma proposta pedagógica.

A revista de 1974 (capa 4), entretanto, mostrava uma idéia de hierarquia entre o aluno negro (sentado, miúdo e com as mãos unidas pousadas entre as pernas) e o aluno branco (de pé, mais alto, com os braços soltos e óculos que lhe dava um ar de “superioridade intelectual”). Os olhares trocados à distância e a posição entre eles não eram os da harmonia entre os diferentes sujeitos que freqüentariam a escola integrada de oito anos. Porém, a pequena foto do metrô aos pés do menino negro sugeria que o desenvolvimento técnico-administrativo da cidade (com a inauguração de uma nova

escola e transporte) talvez pudesse aproximar, com maior rapidez, distâncias históricas.

Na capa revista de número 4 constam os nomes do diretor de edição, equipe de redação, revisão, desenhos e fotografias, além do nome e endereço da gráfica. A capa foi composta por uma fotografia e a imagem do metrô superposta, pode-se supor que um dos autores tenha sido o responsável pelas fotografias da revista (Isidoro Alves Souza). Além dessa, as capas desta segunda fase giravam em torno dos seguintes temas: a política de expansão das escolas municipais e os prédios escolares, eventos culturais e/ou esportivos promovidos pela rede e comemorações cívicas/efemérides.

Capa revista Escola M. 12



A capa de número 12, da última fase da revista, apresentava um menino com uma mala na mão, roupas gastas e pés descalços que andavam na contramão de uma estrada, sem rumo definido. Não havia créditos atribuídos à foto a não ser a indicação da responsável pela fotografia da revista (Lenise Melo Pinheiro) e agradecimentos à Abril Press a cessão de fotos. Em pesquisa recente e inédita de Maria Rita de Almeida Toledo e Daniel Revah (2011), é possível entender o papel da editora Abril tanto na publicação da *Revista Escola* (1971-1974) quanto na sua relação com a ditadura militar, devidamente ocultada pela construção de uma “(des)memória” que tentava obliterar sua história com o regime. Sem poder determinar a procedência da foto desta capa, é preciso sublinhar as contradições de um novo governo que se pretendia democrático (PMDB) e a permanência de velhas estruturas de poder na política editorial e educacional, o que tornava as coisas mais complexas para o tom combativo que a revista adquiria em prol

da democracia e contra o autoritarismo. Era diferente criticar a ditadura militar de uma posição governista.

A capa denunciava as desigualdades sociais que se estendiam para a escola pública e também procurava democratizar o acesso às informações sobre essa realidade: “Pode abrir que ela é sua”; dizia a legenda ao pé da capa. Outra inovação foi a de apresentar os assuntos na capa, uma reprodução do sumário da página 6 da revista, das quais destaco as seguintes matérias: “Mudança na escola, com a participação de todos”; “Não confunda autoritarismo com autoridade na escola”; “Uma história que não é contada”; e “Todo dia é dia de Índio”. Em bloco, os temas chamavam atenção para a participação de todos no processo decisório da escola pública e na sociedade, mas sem destruir hierarquias (autoridade) que deveriam ser legitimadas pela coletividade de modo a evitar abusos (autoritarismo), o que não significava deixar de criticar a história contada pelos livros didáticos e a ausência de sujeitos históricos como negros, índios e latino-americanos. A composição de um discurso democrático dentro uma instituição governamental se mostrava delicada no período:

A ESCOLA MUNICIPAL de São Paulo não é apenas o prédio de alvenaria construído 'dentro do mais alto padrão técnico e planejada funcionalidade'. É também o barracão de madeira, o prédio com vidros quebrados e goteiras na sala de aula. Não é só a escola dotada de uma equipe técnico-pedagógica de alto nível, mas também aquela onde, apesar dos recursos humanos, o aproveitamento dos alunos tem deixado a desejar. (REVISTA ESCOLA MUNICIPAL, 1984: 03)

A última fase da revista se diferenciava nitidamente do discurso científico-pedagógico pretensamente neutro que visava despolitizar as ações administrativas (primeira fase) e do discurso técnico-administrativo que despolitizava os saberes pedagógicos (segunda fase). Na última fase da revista havia uma politização tanto dos saberes pedagógicos quanto das ações técnico-administrativas. No entanto, tendo que enfrentar o desafio para que a politização não desse lugar a uma crítica às próprias iniciativas e inviabilizasse a governabilidade e o apagamento de sua história que deveria ser revisitada na construção de outra memória da revista e da escola municipal.

Finalmente, um elemento tipográfico que diferenciava a composição das capas nesta fase era a palavra “ESCOLA” separada da palavra “municipal”, dando mais ênfase ao lugar (social) da aprendizagem do que a instituição que a sustenta, o que também parece ser coerente com a proposta de aproximar a escola da população e não apenas de divulgar as ações do governo municipal.

Revista do Ensino Municipal

Capa Revista do Ensino Municipal



A duração efêmera da *Revista do ensino municipal* correspondia ao momento de transição na escola pública no Brasil e, especificamente, no ensino municipal de São Paulo naquele ano de 1970: a da separação entre o primário e o ginásio à escola integrada de oito anos. Experiência que as escolas da rede do estado de São Paulo já viviam em 1970 (antes da Lei de Diretrizes e Bases 5692/1971) nos poucos Grupos Escolares Ginásios onde não havia mais exame de admissão e com as séries numeradas de 1ª a 8ª, de acordo com a orientação do Plano Estadual de Educação aprovado pelo governador Abreu Sodré no decreto 52.312 de 7 de outubro de 1969. Anteriormente, a Constituição Federal de 1967 já exigia a escola gratuita e obrigatória para crianças de sete a quatorze anos e pressionava estados e municípios a alterarem sua estrutura e funcionamento e adequar-se à lei. No entanto, tal mudança constituía-se em uma promessa nas escolas da rede do município de São Paulo no ano de 1970, pois a tradição do ensino primário era mais forte e o desejo de inserir educacionalmente a cidade no projeto nacional do governo militar (“Brasil-Grande Potência”) em concorrência com o próprio estado, um grande desafio.

A disposição das imagens na diagonal visava preencher todo o espaço da capa que era, ao mesmo tempo, o espaço que o ensino municipal deveria ocupar. A criança na parte de cima (a de menor em idade) e a da parte de baixo (um pouco maior) cercavam o olhar do leitor para a menina que ocupa o centro do dispositivo editorial. A composição das imagens representava a incorporação de alunos de várias faixas etárias na escola integrada, vista como uma “revolução educacional” na base da capa, como se sustentasse o discurso da revista. No entanto, as imagens das crianças e da menina não estavam dispostas em ordem cronológica, pois a menina ao centro era tratada como uma “Criança” e não como um público novo e específico. Um detalhe tipográfico era importante: a escolha das letras das palavras que compunham o *leitmotiv* da revista, “Criança” e “Escola”, que apareciam em maiúsculas e “ficará sem”, em minúsculas. As imagens expressavam nitidamente o resultado de uma colagem bastante rudimentar que utilizava a superposição de fotos das crianças e da menina em diferentes cenários e não “integradas” ou clicadas em um mesmo espaço educativo. Tal colagem revelava a pressa com que o material foi produzido em tempos de reforma para fazer circular, o mais rápido possível, as mudanças desejadas. Embora o projeto fosse o de implantar o ensino integrado de oito anos, o objetivo imediato era o de ampliar o número de “Crianças” na escola. Era como se o ensino municipal dependesse de uma relação direta entre presente e futuro, ou seja, do aumento do número de crianças na escola primária dependeria a implantação da escola integrada. Mais do que um ajustamento, o impresso tentava esconder o fosso entre aquele presente e o futuro grandioso, ou ainda, ocultava a distância entre o passado que persistia e o presente que ansiava alterar.

Paulicéia Educação

Paulicéia Ed. n. 02 – 1983 (Ano I)



A amostragem da capa do jornal *Paulicéia Educação* já é suficiente para indicar que um novo discurso e forma de se fazer imprensa pedagógica deveria ser alterado de modo a acompanhar as transformações políticas que estavam se processando no país. A reabertura democrática da sociedade exigia a maior participação da comunidade na escola. A informação devia ser democratizada com maior rapidez e agilidade e não apenas restrita a uma revista de periodicidade anual. Trimestralmente, o jornal divulgava, debatia e tocava o dedo na ferida dos problemas da escola municipal. Convocava em suas páginas à participação de pais, alunos, professores e dirigentes que antes estavam encobertos pelo anonimato da burocracia escolar.

As capas do jornal trabalhavam com maior dinamismo a relação entre texto e imagem. O nome “Paulicéia” no topo da capa e em tamanho grande chamava atenção para o cadinho cultural e de contradições sociais da cidade de São Paulo, além de ser uma clara referência aos modernistas da Semana de Arte de 1922, que com a palavra revolucionaram o modo de ver a realidade. Os nomes “escola” e “ensino”, mais institucionalizados, eram traduzidos pela palavra “educação” de caráter mais abrangente a ser considerado dentro desse novo contexto. Fotografias de alunos da escola assumidamente pública e pobre da cidade se alternavam aos desenhos de cartunistas e chargistas com claro posicionamento político de esquerda para a composição da nova proposta editorial: consciente dos seus problemas e mais participativo em suas soluções. O jornal pretendia cumprir esta dupla função.

A capa de número 2 foi composta por uma foto de Sérgio Jorge da Editora Abril (TOLEDO; REVAH, 2011) que mostrava crianças em um ônibus escolar dirigido por um motorista negro. Era esta a cara da escola pública, da “comunidade” ou da “A turma do lado de lá?” (da favela). As seguintes chamadas de artigos se destacavam: “Encontro de professores do ensino municipal: espanto, surpresa e esperança desconfiada”; “Fala, secretário de segurança!”; e “Estanhos no ninho: alunos do Mobral nas escolas municipais”. O jornal deveria ser lido como a voz da escola que sempre ficou escondida e impedida de se comunicar: professores que antes não tinham o direito de criticar e falar dos problemas de suas escolas; o secretário de segurança que deveria falar do vandalismo e da violência nas escolas com um fator social e não em tom policlesco; os alunos do Mobral que deveriam ser integrados à comunidade escolar; debater e dar voz aos sujeitos que trabalhavam em escolas próximas das favelas.

3) Considerações finais:

Espero ter mostrado por meio da descrição e análise preliminar da periodicidade, da circulação e das capas dos impressos as três fases da revista *Escola Municipal*, suas diferenças e semelhanças em relação à *Revista do Ensino Municipal* e, sobretudo, as influências do jornal *Paulicéia Educação* na terceira fase da revista *Escola Municipal*, além de suas próprias características. De qualquer modo, os impressos dialogavam entre si e formavam uma rede de comunicação que passou em revista a escola e o ensino municipal de São Paulo.

A revista *Escola Municipal* jamais deixou de ser a voz do governo e esta foi uma característica que se manteve em todas as suas fases com um projeto editorial de institucionalizar a rede e consolidar seu sistema de ensino em sua (e em) longa duração. A *Revista do Ensino Municipal* levou à extrema essa institucionalidade ao defender a ditadura militar como promotora do desenvolvimento educacional da cidade e da nação, demonstrando mais o futurismo de seu projeto editorial do que a realidade de suas ações em sua (e em) curta duração. O jornal *Paulicéia Educação* incorporou a contradição entre a instituição que representava e escrevia à realidade que participava e prescrevia como projeto editorial, mais atenta a conjuntura política em sua (e em) média duração.

4) Bibliografia:

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Por uma história cultural dos saberes pedagógicos”. In: *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 267-280.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. “Reforma escolar, pedagogia da escola nova e usos do impresso”. In: WARDE, Miriam J. (org.) *Contemporaneidade e Educação – Revista Semestral Temática de Ciências Sociais e Educação*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), ano V, n. 07, 1º semestre/2000, pp. 71-92.

JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 1, 2001, pp. 9-43.

REVISTA ESCOLA MUNICIPAL, n. 05, ano VIII, dezembro, 1975.

REVISTA DO ENSINO MUNICIPAL, n. 01, março, 1970.

REVISTA ESCOLA MUNICIPAL, n. 12, ano 17, 1984.

TOLEDO, M. R. A.; REVAH, D. “O regime militar na (des)memória da Abril: a revista ESCOLA e a difusão da 5692/71”. *História da Educação* (UFPEL), Pelotas: UFPEL, 2011 (no prelo).